



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRT DA 15ª REGIÃO

CADERNO DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ÍNDICE ANUAL 2010

(Alfabético e remissivo)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO***

**CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA
DA ESCOLA JUDICIAL***

**ÍNDICE ANUAL
2010
(Alfabético e Remissivo)**

* Em 23 de novembro de 2009, a Escola da Magistratura passou a ser denominada Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Cad. Doutr. Jurisp. Escola Judicial	Campinas	v. 6	índice anual	p. 213-239	janeiro/outubro 2010
-------------------------------------	----------	------	--------------	------------	----------------------

ESCOLA JUDICIAL

Desembargador Federal do Trabalho LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
Diretor

Desembargador Federal do Trabalho FERNANDO DA SILVA BORGES
Coordenador

CONSELHO CONSULTIVO E DE PROGRAMAS

Desembargador Federal do Trabalho JOSÉ ANTONIO PANCOTTI
Representante dos Juízes do Tribunal

Juiz do Trabalho FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza do Trabalho ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN
Representante dos Juízes Substitutos

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(Voz e Assento)

REPRESENTANTES DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Juiz do Trabalho JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO - Araçatuba

Juiz do Trabalho EDISON DOS SANTOS PELEGRINI - Bauru

Juiz do Trabalho MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO - Campinas

Juiz do Trabalho JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA - Presidente Prudente

Juiz do Trabalho AMAURI VIEIRA BARBOSA - Ribeirão Preto

Juíza do Trabalho SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTÃO - São José do Rio Preto

Juiz do Trabalho LÚCIO SALGADO DE OLIVEIRA - São José dos Campos

Juiz do Trabalho MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNÉR - Sorocaba

Coordenação

Desembargador Federal do Trabalho Nildemar da Silva Ramos - Doutrina
Juiz do Trabalho Jorge Luiz Costa - Jurisprudência

Organização

Serviço de Documentação e Publicações Técnicas:
João Augusto Germer Britto – Diretor
Laura Regina Salles Aranha – Assistente-chefe / Publicações Técnicas
Vandrécia Scafutto Fiskum – Auxiliar especializado / Documentação

Jornalista responsável

José Francisco Turco – MTb/SP – 21.571

Capa

Mônica de Oliveira Jürgensen
Patrícia Izumi da Silva

Impressão e Acabamento

Setor de Gráfica do TRT da 15ª Região

Catálogo na Publicação (CIP) elaborada pelo
Serviço de Documentação/TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial /
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
Escola Judicial do TRT da 15ª Região – Campinas/
SP, v.1, n.1, jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Ematra XV

Bimestral

v.6, Índice anual, jan./out. 2010

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência Trabalhista - Brasil. 4. Justiça do Trabalho - Brasil I. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34:331 (81)
CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguara, 901 – 3º andar – Centro
13015-927 Campinas – SP

Telefone: (19) 3731-1683 - Fax: (19) 3236-0585

e-mail: escolajudicial@trt15.gov.br

SUMÁRIO

ONOMÁSTICO	217
TÍTULO	223
<i>Doutrina</i>	223
ASSUNTO	224
<i>Íntegras</i>	224
<i>Ementário de Jurisprudência</i>	227

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta, optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ABILE, José Carlos

Acidente de trabalho. Dolo ou culpa das reclamadas.
Dano material. Dano moral. Pensão mensal. Parte
dos menores (Íntegra de sentença)..... 4/135

ARAÚJO NETTO, José Nascimento

Desafios das ouvidorias no poder judiciário (Artigo)..... 2/51

AZEVEDO, Dagoberto Nishina de

Discriminação..... 5/201

BARROS, Carlos Roberto do Amaral

Contribuição 1/31
Estabilidade provisória..... 5/202
Justiça 1/36
Vínculo empregatício 5/208

BIASI, Erodite Ribeiro dos Santos de

Chapa..... 1/29
Município 4/152
Processo..... 4/152
Servidor 4/152, 4/153

BIÃO, Fernanda Leite

A dimensão existencial da pessoa humana, o dano
existencial e o dano ao projeto de vida: reflexões à
luz do direito comparado (Artigo)..... 5/167

BORGES, Fernando da Silva

Autuação fiscal 4/143
Banco do Brasil. Programas de incentivo ao afastamento
(PAI e PEA). Princípio da boa-fé objetiva. Vício de
consentimento (Íntegra de acórdão)..... 3/97
Cláusula 2/64
Contribuição 1/30
Danos morais 4/147
Docente 3/108
Doença..... 5/201
Honorários periciais 4/149
Massa falida..... 4/152

BURATTO, Renato

Ação 3/101
CIPA..... 3/104
Depósito 3/107
Dissídio coletivo..... 4/147
Recolhimento..... 3/112

CAMPOS, Flavio Nunes

Segurança..... 2/73
Simulação 3/114

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

Ação..... 1/23, 3/101
Acordo 5/192
Adjudicação 1/25
Ausência de citação 4/143
Complementação de aposentadoria..... 5/197
Doença 5/201
Embargos de declaração 3/108
Hospital das clínicas 1/35
Imposto de renda..... 4/150
Incompetência..... 2/70
Justiça gratuita 4/151
Mandado de segurança..... 3/111
Obrigação de pequeno valor 1/37
Penhora 5/206
Prescrição..... 2/72
Rural 2/73
Seguro-desemprego..... 3/114
Terceirização 4/156

CASTRO, Janúbia Rodrigues Almeida de

Desafios das ouvidorias no poder judiciário (Artigo) 2/51

COELHO, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins

Antecipação de tutela..... 4/154
Competência 4/154
Dano..... 4/155
Dispensa..... 1/33
Obrigação de fazer 4/155
Responsabilidade 4/154

COOPER, Fabio Allegretti

Acordo 3/101, 3/102, 5/192
Cerceamento de defesa 3/104
Coisa julgada 5/195
Complementação de aposentadoria..... 4/145
Doença ocupacional..... 3/108
Estabilidade provisória 5/202
Gratificação..... 1/34
Horas extras 3/102
Jornada..... 1/35
Pedido de demissão..... 1/37

Pedido inicial	4/153
Penhora	5/206
Trabalho em feriados	4/156
Vale-transporte.....	1/42

COOPER, Flavio Allegretti de Campos

Acordo coletivo de trabalho	1/24
Aumento real de salário.....	4/143
Multa	2/71
Reembolso das custas.....	1/39

COSTA, Jorge Luiz

Acidente de trabalho	1/24, 2/61, 4/141
Acidente	3/101
Adicional de insalubridade.....	4/141
Coisa julgada.....	4/144
Dano moral.....	3/106, 5/199
Danos morais.....	1/32
Prescrição	2/72
Processo do trabalho	1/39

CRUZ NETO, Eurico

Ajuste coletivo	5/193
Contrato a prazo determinado	2/65
Registro sindical.....	5/206

CUNHA, Andrea Guelfi

Doença do trabalho	1/33
Execução	3/110
Indenização	1/34
Prêmio incentivo	1/38
Recurso Ordinário	3/113

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira

Prescrição	1/38
------------------	------

FROTA, Hidemberg Alves da

A dimensão existencial da pessoa humana, o dano existencial e o dano ao projeto de vida: reflexões à luz do direito comparado (Artigo).....	5/167
---	-------

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

Ação	1/23
Acidente de trabalho	4/141
Agravo.....	3/103
Aposentadoria espontânea.....	1/26, 4/142
Benefícios previdenciários	1/28
Bloqueio de numerário.....	2/63
Cerceamento de defesa.....	2/64
Concurso público	5/197
Dano moral.....	3/106
Dissídio coletivo	4/147
Empresa.....	3/108

Execução	5/202
Indeferimento do pedido de depoimento pessoal. Cerceamento de defesa. caracterização (Íntegra de acórdão)	2/58
Juiz natural	3/111
Prescrição	1/38
Responsabilidade subsidiária.....	2/73
Responsabilidade	5/207
Sentença normativa.....	5/207
Trabalhador avulso	2/73

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

A responsabilidade, ao menos subsidiária, do dono da obra, quanto aos direitos dos empregados não-satisfeitos pelo empreiteiro (Artigo).....	4/127
Dano moral	2/65
Horas	2/69

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

Ação	2/61, 3/115
Bancária.....	5/194
Cálculos	1/28
Competência	4/145, 5/196
Complementação de aposentadoria	3/105
Condomínios de Campinas	2/64
Contribuição previdenciária	2/65
Contribuição	1/31
Dano	4/146
Danos morais	4/154
Danos morais. Artrose (punho esquerdo) e hipertensão. Cortador de cana-de-açúcar. Indenização indevida. Ausência de nexo causal. 17 dias de trabalho (Íntegra de acórdão).....	1/15
Danos.....	5/204
Dona da obra	3/108
Equiparação salarial.....	3/109
Gratuidade	4/151
Guarda municipal	5/203
Incompetência.....	2/70
Julgamento.....	5/204
Justiça gratuita	4/151
Prequestionamento.....	1/38
Prescrição	4/153
Substituição processual.....	3/115
Terceirização de atividade meio. Sociedade de economia mista, pertencente à Administração Pública Indireta - CESP. Contratação lícita e regular. Art. 37, II, CF, art. 115, II, da Constituição do Estado de São Paulo e Decreto Estadual n. 31.364/1990. Impossibilidade do vínculo empregatício com a tomadora. Inteligência do art. 71, da Lei n. 8.666/1993 e do inciso II, da Súmula n. 331, do C. TST (Íntegra de acórdão).....	5/183

GRASELLI, Fabio

Competência 5/196

GULLA, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira

Averbação de tempo de serviço 1/27

Habeas corpus 1/35

Mandado de segurança 3/111, 4/151, 5/205

Medida liminar 1/36

Penhora 1/38

Regimento interno 5/205

Remuneração 3/113

KHAYAT, Mariane

Ação 2/61

Agravado 3/102

Ausência de sanitários 1/27

Competência 4/144

Contaminação 5/197

Dano moral 2/65

Danos 5/200

Desconto salarial 4/147

Efeitos 5/201

Fato 3/110

Garantia de emprego 5/203

Imissão na posse 4/150

Mandado de segurança 4/151

Morte do autor 3/112

Prescrição 2/72

Rural 1/40

LAZARIM, Luiz Antonio

Competência 5/196

Contribuição 3/105

Dano moral 2/69

Diferenças salariais 1/33

Embargos 4/148

Estabilidade acidentária 4/148

Férias 2/69

Garantia de emprego 2/73

Horas 2/69

Penhora 1/37, 2/71

Recurso 1/39

Responsabilidade subsidiária 2/73

Sequestro humanitário 3/114

LEITE, Maria Cecília Fernandes Álvares

Agravado 5/192

Arrematação 4/142

Auxílio-alimentação 5/194

Banco 3/103

Bem de família 3/104

Cláusula de não concorrência 4/144

Contrato 4/146

Contribuições previdenciárias 5/194

Execução 5/202

Grupo econômico 4/149

Ilegitimidade ativa 3/110

Prescrição 5/202

Súmula 1/41

Supressão de instância 1/41

Trabalho 3/116

LIMA, Samuel Hugo

Agravado 1/25

Assistência judiciária 1/26, 3/103

Bem de família 5/195

Cerceamento de defesa 4/144

Comissão de conciliação prévia 5/195

Competência territorial 3/105

Empregado 2/68

Exceção de pré-executividade 4/148

Execução provisória 2/68

Imposto de renda 4/150

Mandado de segurança 2/71, 4/152, 5/205

Prisão civil 1/39

Recurso ordinário 3/113

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

Custas proporcionais 4/146

Estágio 3/109

Horas extras *versus* salário produção. Intervalo intra-jornada. Trabalho em domingos e feriados (Íntegra de acórdão) 4/133**LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina**

Ação 2/61

Atualização monetária 2/63

Audiência inicial 1/27

Aviso prévio 2/63

Complementação de aposentadoria 3/105

Dano moral 1/32

Danos 3/106

Embargos 4/148

Empresa 3/108

Estabilidade 3/109

Gerente geral 1/34

Imposto de renda 4/150

Intervalo 4/150

Juros de mora 4/151

Justa causa 2/70

Nulidade 1/37

LOPES, Edmundo Fraga

Dano moral 3/105

LUSTOSA, Eduardo Moreira

Considerações sobre a recente Orientação Jurisprudencial n. 373 da SDI-1/TST (Artigo) 3/90

MALM, Thomas

Adjudicação3/102

MATTIOLI, Maria Cristina

Vínculo de emprego3/116

MONEGATTO, Regina Dirce Gago de Faria

Admissibilidade recursal3/102

Bancário3/103

Competência4/145

Contrato4/146, 5/198

Jornada5/204

Juros de mora4/151

Pagamento4/153

Pagamento. Tempestividade. Depósito de cheque (Íntegra de acórdão)5/189

Terceirização1/41

Vale-transporte2/73

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo

e Adicional5/192

Dano moral1/32, 5/198

Dano4/146

Deserção2/66

Diferenças salariais3/107

Ente público1/34, 3/109

Incidente de uniformização3/110

Inclusão de juros3/111

Indenização adicional2/70

Indenização4/150

Justiça1/35

Recurso ordinário2/66

Representação processual4/154

Responsabilidade4/155

NEVES, Elency Pereira

Agravo de instrumento4/142

Agravo1/25

Contribuição previdenciária5/198

Contribuição1/30

Intervalo intrajornada3/111

Jornada5/204

Prescrição4/153

Representatividade sindical3/113

NOGUEIRA, Eliana dos Santos Alves

Da penhora de valores mantidos em planos de previdência complementar privada: PGBL e VGBL em execuções trabalhistas (Artigo)2/53

NUNES, Luiz Roberto

Dano moral3/106

Depósito1/33

Mandado de segurança1/36

Prescrição2/72, 3/112

PANCOTTI, José Antonio

Ação3/101, 5/191

Agravo1/25, 2/62

Artigo 518, § 1º do CPC1/26

Assédio moral5/194

Atravessamento de mão-de-obra2/63

Aviso prévio1/28

Bem de família3/104

Cerceamento de defesa4/143

Conflitos5/197

Denegado seguimento2/66

Gratuidade4/149

Honorários advocatícios2/63

Indenização1/35

Indústria têxtil. Contrato de facção. Forma peculiar de terceirização. Responsabilidade subsidiária. Súmula n. 331, item IV, do TST (Íntegra de acórdão)2/55

Intervalo intrajornada3/116

Responsabilidade civil3/114

Tempo de serviço4/155

Terceirização de serviços3/115

Trabalhador avulso4/156

Vínculo empregatício5/208

PELEGRI, Edison dos Santos

Legitimidade ativa1/36

PILEGIS, Olga Regiane

Ação5/191

Acordo judicial2/62

Acordo3/102

Celebração de contratos3/104

Contrato5/198

Execução3/110

Falência2/69

Ferrobarragem e Ferrometálica4/148

Honorários assistenciais3/110

PISTORI, Gerson Lacerda

Acidente de trabalho4/141, 5/192

Adicional de insalubridade4/142

Adicional1/24

Assédio moral3/103

Cargo em comissão1/28

Complementação de aposentadoria3/105

Estabilidade provisória5/201

Indenização4/150

Intervalos intrajornadas5/204

Justiça do trabalho5/205

Justiça1/36

Microempresa3/111

Responsabilidade4/155

Servidor público1/41

PITAS, José

Ação	1/23, 5/191
Adicional	5/207
Astreinte	2/62
Bancário	4/143
CESP	1/29
Coisa julgada	1/29, 4/144
Competência	2/64
Danos	3/106
EPIS	3/109
Gratuidade	4/149
Jornadas	5/204
Prescrição	3/112
Representação sindical	2/72
Trabalho	3/116
Verba	5/207

PLATO, Ricardo Antonio de

Aviso prévio	4/143
Conflito negativo de competência	1/29

RAMOS, Nildemar da Silva

Prescrição	3/112
Responsabilidade	1/39

ROTONDARO, Nora Magnólia Costa

Garagem de apartamento	3/110
Indenização	3/111
Sindicato	3/115

RUFINO, Marcelo Magalhães

Compensação de jornada	2/64
------------------------------	------

SANTOS, Lorival Ferreira dos

Acordo	4/141
Acúmulo de função	1/24
Arrematação	1/26
Cerceamento de defesa	3/104
CIPA	1/29, 2/64
Contrarrazões	1/29
Contratação	4/145
Contrato de estágio. Vínculo de emprego configurado (Íntegra de acórdão)	3/93
Dano moral	2/66, 5/199
Deserção	3/107
Empregado doméstico	4/148
Empregado	2/68
Enquadramento sindical	2/68
Execução	5/202
Fazenda pública	5/202
Imposto de renda	1/35
Prescrição	4/153, 5/206
Residência médica	3/113
Suspensão do prazo	3/115

SILVA, João Batista da

Ação	1/23
Advogado	3/109
Contribuições previdenciárias	1/31
Contribuições previdenciárias. Questões correspondentes estabelecidas na sentença prolatada na fase de conhecimento. Oportunidade para interposição de recurso da União. Momentos distintos, conforme seja líquida ou ilíquida a sentença cognitiva (Íntegra de acórdão)	1/21
Exceção	3/109
Preliminar de nulidade	1/23
Sindicato	1/23

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira

As perícias judiciais para a constatação de doença ocupacional: um gravíssimo problema a desafiar uma solução urgente, para a efetiva proteção à saúde do trabalhador (Artigo)	1/7
--	-----

SILVA, Luciane Storel da

Alteração de jornada	1/25
Auxílio-alimentação	1/27
Competência	4/145
Direito civil	4/147
Direito do trabalho	1/33
Direito	2/66, 2/67, 3/107, 5/200
Empregada doméstica	1/34
Empregado doméstico	1/34
Execução	1/34
Prescrição	2/72
Processo	4/154
Responsabilidade	1/40

SILVA, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da

Agravo	2/62, 5/192
Imposto de renda	5/203
Mandado de segurança	2/71
Nulidade	1/37
Sequestro	1/40, 1/41

SILVA, Luiz José Dezena da

Agravo	2/62, 5/192
Complementação de aposentadoria	5/196
Contrato	5/198
Dano moral	5/199

SILVA FILHO, Laurival Ribeiro da

Ação	5/191
------------	-------

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

Ação rescisória	4/141
Ação	1/24, 5/191
Agravo	1/25, 3/103

Comissão de conciliação prévia	5/195
Dano moral.....	2/66
Gratificações	4/148
Horas	2/69
Indenização	4/150
Licença remunerada	2/70
Multa	3/112
Município	1/36
Penhora	4/153
Petroleiros	2/71
Prescrição	1/38
Recurso ordinário	2/66, 3/113, 4/148

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

Processo	4/154
----------------	-------

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César

Aposentadoria	5/193
Ausência.....	5/207
Aviso prévio.....	1/27
Colusão	5/195
Indeferimento de redesignação.....	5/203
Seguro de vida.....	1/40
Tempo	5/207

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos

Caderneta de poupança	2/63
-----------------------------	------

THOME, Candy Florencio

A licença-paternidade como desdobramento da igualdade de gênero. Um estudo comparativo entre Brasil e Espanha (Artigo).....	3/83
---	------

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Súmula n. 25	3/120
--------------------	-------

VASCONCELLOS, Ana Maria de

Adicional	1/24
Contrato	1/29, 1/30
Dano moral	3/106
Embargos declaratórios	2/67
Horas extras	1/30
Manicure.....	5/205
Plano de saúde	5/206
Prescrição	3/112
Responsabilidade	5/207
Servidor público	3/114

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

Retenção indevida de CTPS	5/207
---------------------------------	-------

VIDOTTI, Tarcio José

Aviso prévio	1/28
Danos.....	5/199
Laudo pericial.....	1/36
Prescrição	1/38

ZANARDI, Valdevir Roberto

Competência	5/196
-------------------	-------

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

Ação	1/23
Carta de fiança.....	5/195

Doutrina

A dimensão existencial da pessoa humana, o dano existencial e o dano ao projeto de vida: reflexões à luz do direito comparado.....5/167

A licença-paternidade como desdobramento da igualdade de gênero. Um estudo comparativo entre Brasil e Espanha.....3/83

A responsabilidade, ao menos subsidiária, do dono da obra, quanto aos direitos dos empregados não-satisfeitos pelo empreiteiro.....4/127

As perícias judiciais para a constatação de doença

ocupacional: um gravíssimo problema a desafiar uma solução urgente, para a efetiva proteção à saúde do trabalhador.....1/7

Considerações sobre a recente Orientação Jurisprudencial n. 373 da SDI-1/TST.....3/90

Da penhora de valores mantidos em planos de previdência complementar privada: PGBL e VGBL em execuções trabalhistas.....2/53

Desafios das ouvidorias no poder judiciário.....2/51

Íntegras

DANOS MORAIS. ARTROSE (PUNHO ESQUERDO) E HIPERTENSÃO. CORTADOR DE CANA-DE-AÇÚCAR. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. 17 DIAS DE TRABALHO.

Cumpra reproduzir trechos das razões recursais, cuja indignação e irresignação se fazem plenamente compreensíveis: “Insta esclarecer, também, que a artrose é uma doença degenerativa, ou seja, não é desencadeada do dia para a noite. Com o tempo ela vai passando pela agudização, causando dores gradativas, que vão aumentando até que se torna insuportável. Conforme consta dos autos, o **recorrido trabalhou por 17 dias**, até que a dor ficasse insuportável, levando-nos a crer que, na época do exame admissional, a dor já era bem grande, no entanto, ocultada, intencionalmente, a fim de ser admitido. O exame admissional é muito bem feito pela reclamada; no entanto, ainda não há aparelhos para detectar a dor sentida, e ocultada, pelo trabalhador. Dessa forma, pelos motivos supracitados, **resta evidente que a artrose do punho esquerdo do recorrido, não foi desencadeada pela função exercida na recorrente, devendo a sentença de primeira instância ser reformada, a fim de excluir a condenação referente aos danos morais decorrentes de acidente de trabalho**, bem como para que seja invertido o ônus da sucumbência em relação aos honorários periciais.” (fl. 196, g.n.). Assim sendo, inadmissível atribuir todo o peso da longa vida profissional do autor e de eventuais mazelas que já tenha sofrido, a um único e exclusivo empregador (para o qual trabalhou por apenas 17 dias), sob pena de atribuição, à iniciativa privada, da absorção dos riscos sociais constitucionalmente reservados à seguridade e à assistência social. Relatora Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....1/15

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. QUESTÕES CORRESPONDENTES ESTABELECIDAS NA SENTENÇA PROLATADA NA FASE DE CONHECIMENTO. OPORTUNIDADE PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA UNIÃO. MOMENTOS DISTINTOS, CONFORME SEJA LÍQUIDA OU ILÍQUIDA A SENTENÇA COGNITIVA. O § 5º do art.832/CLT, acrescentado pela Lei n. 11.457/2007, dispondo que “intimada da sentença, a União poderá interpor recurso relativo à discriminação de que trata o § 3º deste artigo”, pressupõe que a sentença seja líquida. No caso de sentença que penda de liquidação, não cabe recurso, de imediato, na primeira oportunidade para a União se manifestar, qual seja, quando intimada para manifestação sobre os

cálculos de liquidação na forma do § 3º do art. 879/CLT, que disciplina, especificamente, sobre a sentença exequenda ilíquida, consoante dispõe o “caput” do artigo; neste azo, considerando que a liquidação abrange, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas (§ 1º-A do art. 879/CLT, incluído pela Lei n. 10.035/2000) e que é cominada com preclusão a oportunidade para manifestação da União, esta deverá apresentar impugnação que indique a natureza de cada verba sobre as quais entenda pela incidência de contribuições previdenciárias, com planilha analítica e pormenorizada dos cálculos. Sobrevindo a sentença de liquidação, na qual se estabelecerá os valores líquidos dos créditos trabalhista e previdenciário, a União poderá apresentar impugnação à sentença de liquidação, devendo ser julgados, na mesma sentença, eventuais embargos e impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário (§ 4º do art. 884/CLT, com redação dada pela Lei n. 10.035, de 25.10.2000). Desta decisão é que a União poderá recorrer, discutindo eventuais questões estabelecidas na sentença proferida na fase de conhecimento, sem que ocorra preclusão, desde que tenha se manifestado na forma do § 3º do art. 879/CLT e seja vencida na impugnação à sentença de liquidação respectiva. É relevante a observância do procedimento estabelecido na lei, pois, assim, evitar-se-ão decisões contraditórias, porque, dependendo da natureza jurídica que se atribua à parcela da condenação, acarretará reflexo direto na apuração das contribuições previdenciárias, o que acarretará, por sua vez, reflexo direto na apuração do *quantum* líquido devido ao exequente trabalhista, ante a fixação do valor da cota-parte previdenciária a ser deduzida de seu crédito, refletindo, ainda, sobre o cálculo da parcela do imposto de renda a ser retido na fonte pagadora. Relator Des. João Batista da Silva.....1/21

INDÚSTRIA TÊXTIL. CONTRATO DE FACÇÃO. FORMA DE PECULIAR DE TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SÚMULA N. 331, ITEM IV, DO TST. No contrato de facção há o repasse a um “terceiro” da realização de parte da atividade necessária à obtenção de um produto final, portanto, terceirização de atividade fim, fenômeno comum no ramo têxtil, ou seja, determinado sujeito repassa a terceiros a realização de parte da etapa da produção industrial, mediante o pagamento apenas pelas unidades encomendadas

e produzidas segundo a orientação e *designer* por ela escolhido. No caso dos autos, a prova oral revelou que as recorrentes eram destinatárias do produto final. Nesse passo, não há como deixar de reconhecer que do trabalho da obreira beneficiou-se a recorrente, ainda que, em tese, a empregadora principal não sofresse ingerência nenhuma por parte desta, nem tampouco houvesse prestação exclusiva de serviço, razão pela qual se impõe o reconhecimento da sua responsabilidade subsidiária, já que, na condição de tomadora de serviço da primeira reclamada, aplica-se o entendimento expresso no item IV da Súmula n. 331 do Eg. TST. Recurso a que se nega provimento. Relator Des. José Antonio Pancotti.....2/55

INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE DEPOIMENTO PESSOAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. CARACTERIZAÇÃO. Embora caiba ao juiz a direção do processo nos termos dos artigos 130 do CPC e 765 da CLT, as partes têm o direito constitucionalmente garantido ao devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/1988). A análise sistemática e teleológica dos artigos 848 e 820 da CLT, bem como 343 do CPC revela o direito à tomada dos depoimentos pessoais, pois se trata de importante meio de prova para a obtenção da verdade real, mediante confissão expressa que põe fim à discussão da matéria controvertida, de sorte que o indeferimento caracteriza inequívoco cerceamento de defesa. Relatora Des. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....2/58

CONTRATO DE ESTÁGIO. VÍNCULO DE EMPREGO CONFIGURADO. O estágio remunerado, instituído pela Lei n. 6.494/1977, para as relações jurídicas entabuladas até 24.09.2008 e, posteriormente, pela Lei n. 11.788/2008, contém todos os elementos fáticos da relação de emprego (trabalho por pessoa física, pessoalidade, não-eventualidade, onerosidade e subordinação ao tomador de serviços. Não obstante, o ordenamento jurídico nega o caráter empregatício ao vínculo formado. No entanto, com ela não se confunde, por expressa determinação legal, ante os objetivos educacionais do estágio, visando favorecer o aperfeiçoamento e a complementação da formação acadêmico-profissional do estudante. Nessas condições, a figura do estágio remete à oportuna reflexão sobre a distribuição do ônus probatório. Admitida a prestação do trabalho pelo tomador de serviços, será deste o ônus de provar a existência de fato modificativo da relação jurídica existente. Destarte, incide a presunção de contrato empregatício, por constituir esse tipo de vínculo o padrão genérico e dominante de contratação de trabalho. Assim sendo, se da análise do caso concreto, for constatado que o estágio não está efetivamente cumprindo seus objetivos legais, há que ser reconhecido o vínculo empregatício de acordo com o princípio da primazia da realidade e conforme disposto no art. 9º da CLT. Na hipótese em comento, não obstante os requisitos formais para a contratação de estagiários tenha sido observada, os requisitos materiais não foram cumpridos levando-se em conta que a reclamante se

ativava como efetiva bancária, inclusive, com a prestação habitual de hora extras. Recurso a que se nega provimento. Relator Des. Lorival Ferreira dos Santos.....3/93

BANCO DO BRASIL. PROGRAMAS DE INCENTIVO AO AFASTAMENTO (PAI E PEA). PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. Se o empregador comunica aos seus empregados que o Plano de Incentivo à Aposentadoria em vigor não será renovado, nem terá seu prazo prorrogado e após cerca de apenas três meses edita um novo Plano, com mais benefícios que o anterior, acabou por induzir a erro os empregados que aderiram ao Plano anterior, agindo de forma contrária à boa fé objetiva prevista no art. 113, do CC. Precedentes do TST. Recurso ordinário do reclamante acolhido para deferir-lhe, em acréscimo, os benefícios do novo Plano. Relator Des. Fernando da Silva Borges.....3/97

HORAS EXTRAS VERSUS SALÁRIO PRODUÇÃO. INTERVALO INTRAJORNADA. TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS. Rel. Juiz Substituto Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo.....4/133

ACIDENTE DE TRABALHO. DOLO OU CULPA DAS RECLAMADAS. DANO MATERIAL. DANO MORAL. PENSÃO MENSAL. PARTE DOS MENORES. Juiz do Trabalho José Carlos Abile.....4/135

TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE MEIO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - CESP. CONTRATAÇÃO LÍCITA E REGULAR. ART. 37, II, CF, ART. 115, II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO E DECRETO ESTADUAL N. 31.364/1990. IMPOSSIBILIDADE DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A TOMADORA. INTELIGÊNCIA DO ART. 71, DA LEI N. 8.666/1993 E DO INCISO II, DA SÚMULA N. 331, DO C. TST. Inexiste dispositivo legal que proíba a existência de empresas de prestação de serviços a terceiros. Ao contrário, o próprio Ministério do Trabalho conceituou tais empresas, mercê da Instrução Normativa GM/MTb n. 07/1990. Também a atividade (fornecedor de mão de obra, como empregador) mereceu referência na Lei n. 8.036/1990 (art. 15, § 1º). O que tornou à época, superado o Enunciado n. 256 do C. TST, revisado pelo de n. 331, que também já merece reforma, ante os termos da Lei n. 9.032, de 28.04.1995, que deu nova redação ao art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/1993. Não haveria coerência no ordenamento jurídico em autorizar-se a criação de empresas fornecedoras de mão de obra, para depois considerar fraudulentas suas atividades. A lei não pode permitir agir e depois punir porque assim se agiu. A atividade é permitida, exceto se evidenciado o intuito fraudulento, o que não ocorreu no caso presente. Evidente, portanto, a licitude da atividade desenvolvida pela prestadora, seja no caso de a tomadora ser empresa pública, seja no caso de ser empresa privada. No âmbito da administração pública federal, o procedimento

adotado pela CESP, que é órgão da administração indireta, encontra específico amparo legal, visto que o Decreto-lei n. 200/1967 (que disciplinou a Reforma Administrativa) permite a transferência de setores ou de serviços através da contratação da iniciativa privada (art. 10, § 7º). O art. 37, XXI, da CF, que dispõe sobre a obrigatoriedade de licitação pública para a contratação de serviços da prestadora, foi atendido pela tomadora, pelo que é o art. 71, § 1º da Lei n. 8.666/1993, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 9.032, de 28.04.1995, quem rege a questão. Decisão em contrário infringe o princípio da reserva legal, já que o exercício de qualquer atividade lícita é assegurado pela nossa Carta Magna. Por fim, impossível o reconhecimento do vínculo empregatício com a tomadora ante um óbice intransponível: inexistência de concurso público para o

pretendido ingresso do autor no quadro de funcionários da ré (art. 37, II, da CF, art. 115, II, da Constituição do Estado de São Paulo e Decreto Estadual n. 31.364 de 05.04.1990). Aplicável, ao presente caso, o inciso II, da Súmula n. 331, do C. TST. Reforma-se. Relatora Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....5/183

PAGAMENTO. TEMPESTIVIDADE. DEPÓSITO DE CHEQUE. O pagamento só se efetiva quando o numerário encontra-se à disposição do credor. O cheque é meio de pagamento à vista, desde que seja entregue ao credor durante o horário de funcionamento bancário, com possibilidade deste sacar o numerário no caixa. Relatora Juíza Substituta Regina Dirce Gago de Faria Monegatto.....5/189

Ementário de Jurisprudência

AÇÃO

- ajuizada por empregado em face de sua entidade sindical. Homologação da rescisão contratual. Competência material da Justiça do Trabalho 1/23
- anulatória de auto de infração. Contratação de portadores de necessidades especiais. Desrespeito objetivo patronal ao art. 93 da Lei n. 8.213/1991. Subsistência do ato administrativo 5/191
- anulatória. Cabimento 1/23, 3/101
- Civil Pública. Interesse de agir. Ministério Público do Trabalho. Preservação da saúde dos trabalhadores. Direitos individuais homogêneos. Inteligência dos arts. 7º, XXII, 127 e 129 da CF/1988..... 1/23
- Civil Pública. Pedido de reconhecimento de entidade como fundação pública. Conceito. Apreciação dos fatos. Não provimento..... 2/61
- Civil Pública. Suspensão da ação individual 3/115
- de cobrança. Honorários advocatícios. Incompetência material 2/61
- de consignação em pagamento. Reconvenção. Descabimento 3/101
- de cumprimento com pedido de liminar *inaudita altera pars*. Cláusula sobre banco de horas. Ausência de penalidade para seu descumprimento, pelo sindicato profissional. Resolução do problema apenas em âmbito coletivo, através de negociações com normas mais efetivas 2/61
- de cumprimento. Recurso ordinário. Competência recursal. Seção de Dissídios Coletivos. Critérios 5/191
- de cumprimento. Transitada em julgado e fundada em sentença normativa posteriormente extinta sem resolução de mérito pelo C. TST. Ausência de coisa julgada..... 1/23
- rescisória. Citação por edital deficiente. Nulidade absoluta. Procedência..... 5/191
- rescisória. Decadência. Embargos de declaração extemporâneos 4/141
- rescisória. Despedida imotivada de empregado de Sociedade de Economia Mista. Violação do art. 173, § 1º, II, CF/1988 configurada. Aplicação da OJ n. 247 da SDI-1 e da Súmula n. 390, II, ambas do TST 1/23
- rescisória. Incompetência material da Justiça do Trabalho. Regime jurídico estatutário 5/191
- rescisória. Lide simulada. Decisão homologatória de acordo rescindida..... 1/24
- revisional. URP. Coisa julgada. Efeitos 3/101
- sujeita ao procedimento sumaríssimo. Reclamada em local incerto e não sabido. Conversão ao rito ordinário. Citação por edital. Recurso ordinário..... 5/191

ACIDENTE

- de trabalho. Atividade de risco. Motorista. Acidente de trânsito. Responsabilidade objetiva do empregador 1/24

- de trabalho. Atividade de risco. Responsabilidade patronal.....4/141
- de trabalho. Empregado doméstico. Indenização por danos materiais. Pensão mensal vitalícia. Direito assegurado pelo art. 927 do CC.....4/141
- de trabalho. Morte do empregado. Indenizações por danos morais e materiais postuladas diretamente pela mãe da vítima. Legitimidade de parte ativa e competência da Justiça do Trabalho5/192
- de trabalho. Pensão mensal e indenizações por danos morais e materiais. Responsabilidade do empregador *versus* culpa parcial do trabalhador.....4/141
- de trabalho. Trabalhador lesionado por máquina com transmissão de força exposta. Culpa concorrente da vítima. Inocorrência. Culpa exclusiva do empregador 2/61
- do trabalho. Doença ocupacional. Espondiloartrose. Doença degenerativa. Concausa.....3/101
- do trabalho. Perda parcial da capacidade laborativa. Empregado que, apesar da perda, continua a desenvolver a mesma atividade. Ausência de perda salarial. Irrelevância. Pensão mensal vitalícia devida3/101

ACORDO

- coletivo de trabalho. Pagamento de salário no 10º dia do mês subsequente. Invalidez 1/24
- Comissão de conciliação prévia. Efeitos5/192
- de compensação de horas. Cumprimento habitual de horas extras. Invalidez3/101
- judicial com reconhecimento de vínculo empregatício. Contribuições previdenciárias. Competência da Justiça do Trabalho para execução.....5/192
- judicial posterior à sentença transitada em julgado. Contribuições previdenciárias. Discriminação inválida. Incidência sobre o total do acordo, observada a proporcionalidade com as verbas de natureza salarial já definidas3/102
- judicial. Cesta básica prevista em norma coletiva como verba não salarial. Contribuições previdenciárias inexigíveis2/62
- judicial. Partes inertes quanto à discriminação de verbas. Incidência das contribuições previdenciárias sobre a totalidade dos valores avençados3/102
- judicial. Verba discriminada como "indenização substitutiva do vale transporte". Ausência de fraude ou tentativa de evasão fiscal2/62
- Pagamento de parcelas por guia de depósito judicial. Dispensa de comprovação nos autos pela executada. Instrução Normativa n. 33/2008 do C. TST4/141

ACÚMULO DE FUNÇÃO

- Ausência de estipulação normativa de adicional respectivo. Possibilidade de fixação 1/24

ADICIONAL

- de insalubridade. Base de cálculo..... 5/207
- de insalubridade. Base de cálculo. Pisos salariais estaduais. Lei Complementar federal n. 103/2000 e Lei estadual n. 12.640/2007. Impossibilidade. Aplicação da Súmula Vinculante n. 4..... 4/141
- de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo regional. Possibilidade..... 1/24, 4/142
- de sexta-parte previsto no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Empregado de sociedade de economia mista. Pagamento indevido. art. 173, II, da Carta Estadual..... 5/192
- de transferência. Requisito essencial. Caráter transitório da mudança 1/24

ADJUDICAÇÃO

- pelo credor antes da praça/leilão. Possibilidade. Inteligência do art. 685-a do CPC..... 1/25
- Substituição tributária. Valor de tributos. Sub-rogação no preço. Crédito trabalhista. Privilégio. Proteção legal..... 3/102

ADMISSIBILIDADE RECURSAL

- Descompasso entre o fundamento da sentença e as razões recursais. Não conhecimento 3/102

ADVOGADO

- Ilegitimidade para opor exceção de suspeição em nome próprio. Extinção sem resolução do mérito 3/109

AGRAVO

- de instrumento em mandado de segurança. Não cabimento 3/102
- de instrumento em RO. Inaplicabilidade do § 1º do art. 518 do CPC quando apenas parte da decisão está em conformidade com Súmula de Tribunal Superior. Processamento cabível em prol do devido processo legal 3/103
- de instrumento. Autos apartados. Formação irregular. Ausência de peças essenciais para julgamento do recurso denegado. Não conhecimento. Aplicação do art. 897, § 5º, da CLT e IN n. 16 C. TST 4/142
- de instrumento. Recurso ordinário da reclamada. Pedido de justiça gratuita. Ausência de prova robusta da insuficiência econômica. Descabimento. Deserção..... 5/192
- de petição em embargos de terceiro. Execução. Penhora. Conta poupança. Art. 649, inciso X, do CPC 2/62
- de petição. Arrematação de bem pelo exequente. Possibilidade..... 2/62
- de petição. Dano moral. Correção monetária. Incidência a partir do arbitramento 3/103
- de petição. Delimitação dos valores incontroversos. Decisão que não conhece dos embargos à execução. Dispensa. Inteligência do art. 897, § 1º, da CLT..... 1/25
- de petição. Depósito em conta-poupança. Valor inferior a 40 salários mínimos. Impenhorabilidade 3/103
- de petição. Embargos de terceiro. Doação de bem público. Descumprimento do encargo. Condição resolutiva. Reversão ao patrimônio do doador. Impenhorabilidade 2/62

- de petição. Embargos de terceiro. Fraude afastada 1/25
- de petição. Exceção de relativização da julgada. Excepcionalidade. Base de cálculo do adicional de insalubridade. Contrariedade à Súmula vinculante n. 4 do STF. Pertinência..... 1/25
- de petição. Execução. Penhora em conta bancária. Art. 620 do CPC. Exegese 5/192
- interno. Decisão que indefere liminarmente agravo regimental, por incabível. Hipótese não contemplada no Regimento interno. Provimento negado..... 5/192
- regimental em mandado de segurança. Penhora de dinheiro em sede de execução definitiva. Aplicabilidade do art. 655, inciso I, do CPC. Agravo desprovido..... 1/25
- regimental em protesto judicial. Deficiência de instrução. Indeferimento da petição inicial. Improvimento..... 2/62

AJUSTE COLETIVO

- Criação de fundo benéfico ao trabalhador custeado pela empresa. Inaplicabilidade do Precedente Normativo n. 119 do C. TST. Validade 5/193

ALTERAÇÃO DE JORNADA

- Turnos ininterruptos de revezamento para turnos fixos. Benefício ao trabalhador. Possibilidade. Direito do Trabalho..... 1/25

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

- Concessão. Presentes os requisitos da prova inequívoca e da verossimilhança da alegação previstos no art. 273 do CPC..... 4/154

APOSENTADORIA

- espontânea. Impossibilidade de extinção do contrato de trabalho. Servidor público celetista estável. Devida a reintegração e pagamento das verbas salariais referentes ao período de afastamento. Inteligência do art. 41, *caput* e § 2º da CF/1988 e OJ n. 361 da SDI-1 do C. TST..... 1/26
- espontânea. Servidor público celetista estável. Impossibilidade de extinção do contrato de trabalho. Recebimento de aposentadoria custeada pelo INSS não configura cumulação da remuneração de cargo, emprego ou função pública (art. 37, §10, CF/1988). Devida a reintegração e pagamento das verbas salariais referentes ao período de afastamento. Inteligência do art. 41, *caput* e § 2º da CF/1988 e OJ n. 361 da SDI-1 do C. TST 4/142
- voluntária paga pelo Regime Geral de Previdência Social. Empregado público. Efeitos no contrato de trabalho e cumulação de proventos da aposentadoria previdenciária com os do emprego público 5/193

ARREMATACÃO

- Pagamento parcelado. Possibilidade 1/26
- Preço vil. Valor inferior a 30% da avaliação. Caracterização 4/142

ARTIGO 518, § 1º DO CPC

- Denegado seguimento a recurso. Art. 518, § 1º do CPC. Aplicação subsidiária ao Processo do Trabalho. Possibilidade..... 1/26

ASSÉDIO MORAL

- Indenização. Uso da expressão “loira burra” de forma pejorativa. Possibilidade 3/103
- no trabalho. Indenização. Ofensa à honra, à imagem e à dignidade do trabalhador 5/194

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

- Requerimento e declaração de pobreza em sede de recurso ordinário. Denegação de seguimento ao recurso pelo juízo de origem. Agravo de instrumento provido. Princípio do duplo grau de jurisdição. Inteligência do § 3º do art. 790 da CLT e do art. 4º, e seu § 1º, da Lei n. 1.060/1950 1/26, 3/103

ASTREINTE

- Multa. Limitação prevista no art. 412 do CC 2/62

ATRAVESSAMENTO DE MÃO-DE-OBRA

- Movimentação de mercadoria. Ensacadores e carregadores de sacas de açúcar no interior da usina. Fraude (CLT, art. 9º) 2/63

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

- Dano moral. Critério adotado pelo Direito Civil. Aplicabilidade 2/63

AUDIÊNCIA INICIAL

- Ausência do empregador ou do preposto da empresa. Efeitos da revelia 1/27

AUMENTO REAL DE SALÁRIO

- Produtividade aferida em perícia, baseada em indicadores. Objetivos. Lei n. 10.192/2001, art. 13, §2º 4/143

AUSÊNCIA

- de citação na fase de conhecimento. Reconhecimento da sucessão de empresas na fase de execução. Cerceamento de defesa. Não configuração 4/143
- de sanitário no local de trabalho. Ofensa à dignidade do ser humano a gerar dano moral apto a ser reparado 5/207
- de sanitários. Não observância de regras mínimas de higiene laboral. Dano moral 1/27

AUTUAÇÃO FISCAL

- por infração à legislação trabalhista. Microempresa e empresa de pequeno porte. Critério da dupla visita. Observância obrigatória 4/143

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

- FAEPA. Pagamento pelo empregador e por terceiro conveniado. Autarquia e fundação privada. Incorporação e integração à remuneração. Alteração da verba mediante portaria. Substituição por prêmio incentivo. Cabimento 5/194
- Natureza. Modificação. Direito do Trabalho 1/27

AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

- Mandado de segurança. INSS. Averbação de tempo de serviço. Reconhecido em sentença. Existência de recurso próprio. Não-cabimento 1/27

AVISO PRÉVIO

- Dispensa ou renúncia. Novo emprego 4/143
- e indenização recebidos em face do distrato de representação comercial. Pertinência da dedução destes valores daqueles devidos em face da rescisão do contrato de trabalho 1/27
- indenizado. Integração de benefícios concedidos pela convenção coletiva 1/28
- Rurícola. Redução de jornada diária. Ineficácia 1/28
- trabalhado. Nulidade. Necessidade de concessão de novo aviso prévio 2/63

BANCÁRIA

- Enquadramento. Condição pleiteada pela autora, com fins de equiparação salarial. Consultora de vendas de correspondente bancária. Simples captação de clientes para empréstimos e financiamentos a serem feitos por bancos. Pretensão rechaçada. Correspondente bancária. Definição. Analogia à Súmula n. 119, do C. TST 5/194

BANCÁRIO

- Jornada de trabalho. Cargo de confiança 3/103
- Transportador de valores. Cumulação de funções. Risco. Adicional compensatório 4/143

BANCO

- Panamericano. Administradora de cartão de crédito. Captação de clientela para obtenção de empréstimo consignado. Banco do mesmo grupo econômico. Empregado. Condição de bancário 3/103

BEM DE FAMÍLIA

- Embargos de terceiro. Filhos menores da sócia executada. Legitimidade 3/104
- Incidente de impenhorabilidade. Embargos à arrematação. Preclusão incoerência 3/104
- Penhora. Garagem com matrícula autônoma. Possibilidade 5/195

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

- Concessão *ex officio* em audiência inaugural. Violação do devido processo legal. Segurança concedida 1/28

BLOQUEIO DE NUMERÁRIO

- em conta bancária conjunta. Solidariedade dos correntistas quanto ao saldo total existente 2/63

CADERNETA DE POUPANÇA

- Impenhorabilidade. Incompatibilidade manifesta com o processo do trabalho da norma contida no inciso X, do art. 649, do CPC 2/63

CÁLCULOS

- Impugnação à decisão homologatória. Tempestividade. Petição protocolada, por e-DOC, em juízo diverso daquele em que tramita a ação. Irregularidade. Responsabilidade do peticionário. Incompatibilidade com sistema de protocolo integrado. Aplicação do art. 9º, §2º e art. 11, II, da Instrução Normativa n. 30/2007 do C. TST 1/28

CARGO EM COMISSÃO

- Multa de 40% do FGTS. Inviabilidade 1/28

CARTA DE FIANÇA

- bancária. Liberação em execução provisória. Impossibilidade 5/195

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

- Temporários emergenciais sucessivos. Art. 37 inciso IX da CF/1988 3/104

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Ausência de carta de preposição. Indeferimento de prazo para regularização da representação processual. Configuração 3/104
- Configuração 3/104
- Exame pericial negativo. Ausência de vistoria no ambiente de trabalho. Doença potencialmente decorrente de condições ergonômicas. Pedido de complementação negado. Cerceamento 4/143
- Indeferimento do pedido de depoimento pessoal. Cerceamento de defesa. Caracterização 2/64
- não configurado. Contradita. Ausência de faculdade do juiz. Necessidade do requerimento para a oitiva na condição de informante 4/144

CESP

- Empreiteiras interpostas no vínculo direto 1/29

CHAPA

- Acidente ocorrido durante a prestação de serviços 1/29

CIPA

- Extinção do estabelecimento. Estabilidade não assegurada 2/64
- Representante nomeado pelo empregador. Estabilidade provisória indevida 3/104
- Suplente do representante dos empregados que passou a ocupar o cargo de presidente. Estabilidade não assegurada 1/29

CLÁUSULA

- de não concorrência. Pactuação após a rescisão contratual. Validade 4/144
- de não-concorrência. Restrição temporária e parcial ao exercício profissional. Obrigação pecuniária recíproca enquanto perdurar a limitação 2/64

COISA JULGADA

- Acordo em dissídio coletivo. Abrangência em relação a dissídio individual. Títulos diversos. Não admissível 5/195
- Declaração de inconstitucionalidade. Coisa julgada e ADIs 4/144
- Limites objetivos. Inteligência do art. 469 do CPC 1/29
- Processo do Trabalho. Embargos do devedor. Relativização da coisa julgada. Constitucionalidade dos arts. 475-I, parágrafo único, e 741, parágrafo único, do CPC, e do art. 884, § 5º, da CLT. Aplicação retroativa. Impossibilidade. Violação do art. 5º, XXXVI, da CF... 4/144

COLUSÃO

- entre as partes. Ação rescisória. Fundunesp. Conluio entre reclamantes e seus advogados na Justiça trabalhista brasileira. Má-fé processual. Corte rescisório cabível. Aplicação do art. 485, III e VI, e art. 17, II e III, ambos do CPC 5/195

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

- Acordo firmado sem ressalvas. Eficácia liberatória plena. Recurso ordinário do segundo reclamado 5/195
- Extensão da quitação. Impossibilidade de englobar pedidos não formulados 5/195

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

- Banco de horas. Implementação por meio de acordo tácito. Impossibilidade 2/64

COMPETÊNCIA

- administrativa. Auditor fiscal do trabalho. Subsunção do fato à norma. Competência administrativa 4/144
- Complementação de aposentadoria. Norma contratual 5/196
- da Justiça do Trabalho. Abrangência dos filhos dos trabalhadores, autônomos e prestadores de serviços que atuaram na planta industrial da Shell, Cyanmid e Basf em Paulínia/SP. Incidência do art. 114 da CF 4/154
- da Justiça do Trabalho. Ação civil pública 5/196
- da Justiça do Trabalho. Ação declaratória incidental. Contrato social: Alegação de assinatura falsa de sócio. Pedido de exclusão de sua responsabilidade quanto aos débitos da executada. Exame pericial grafotécnico. Necessidade 5/196
- material. Contribuições previdenciárias. Sentença declaratória reconhecendo vínculo empregatício não registrado em carteira. Pertinência 5/196
- material. Direito Constitucional. Residência médica 4/145
- material. Honorários advocatícios por serviços jurídicos prestados na justiça comum. Incompetência da Justiça do Trabalho 4/145
- territorial. Foro da prestação de serviços ou da celebração do contrato 4/145
- territorial. Trabalhador rural transportado pelo empregador para diversas localidades. Inteligência dos arts. 4º, 58 e 651 da CLT 3/105
- Trabalhador. Vítima fatal 2/64

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- Auxílio-alimentação. Parcela paga por força de disposição contratual. Empregado admitido anterior ao PAT e sob a égide da Lei n. 4.819/1958. Natureza salarial. Integração ao cálculo do complemento 3/105
- Banco Nossa Caixa. Integração de horas extras habitualmente prestadas. Diferenças devidas. Recurso ordinário 5/196
- Complementação dos proventos de aposentadoria e pensões. Ferroviário aposentado pela Fepasa. Evolução salarial existente em sistema de cargos e salários. Aplicabilidade 4/145
- Diferenças de complementação de aposentadoria decorrentes da concessão dos reajustes previstos em

- normas coletivas, ainda que não mais vigorem. Devidas. Aplicação dos termos da Lei estadual n. 9.343/1996, art. 4º 4/145
- Diferenças face ao piso salarial assegurado em contrato coletivo dos empregados da RFFSA (antiga Fepasa). Devidas. Aplicação do art. 4º da Lei Estadual 3/105
 - Diferenças. Petrobras. Fundação Petros. Integração da parcela PL-DL 1971 3/105
 - Eletropaulo. Diferenças de complementação de aposentadoria decorrentes da aplicação do fator proporcional - PP. Prescrição total 5/197

CONCURSO PÚBLICO

- Inobservância do requisito de impessoalidade. Dano moral configurado 5/197

CONDOMÍNIOS DE CAMPINAS

- Representatividade sindical. Discussão entre SINDICOND e SECOVI 2/64

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA

- Sentença cível sem julgamento do mérito proferida pelo Juízo Estadual. Anulação pelo Tribunal de Justiça. Competência da Justiça Trabalhista 1/29

CONFLITOS

- de princípios fundamentais. Exercício do direito de greve x proteção da propriedade e posse. Ponderação de interesses juridicamente protegidos 5/197

CONTAMINAÇÃO

- química do ambiente de trabalho e da pessoa do trabalhador. Danos materiais e morais 5/197

CONTRARRAZÕES

- pedido de nulidade do feito por cerceamento de defesa. Incabível 1/29

CONTRATAÇÃO

- CDHU. Contratação de serviços para construção de conjunto habitacional. Inaplicabilidade da OJ n. 191. Responsabilidade subsidiária reconhecida 4/145

CONTRATO

- a prazo determinado. Descabimento 1/29
- a prazo determinado. Ente público. Conflito entre princípios constitucionais. Interpretação evolutiva da CF. Da mutação constitucional. Prevalência do princípio da dignidade da pessoa humana. Inexistência de motivação política para as contratações. Possibilidade 2/65
- de experiência. Estabilidade acidentária. Cabimento 4/146
- de experiência. Nulidade. Fraude 1/30
- de trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Modificação da natureza do serviço. Proibida 4/146
- firmado com ente da administração pública. Indenização por doença profissional. Hipótese não abarcada pela Súmula n. 363/TST. Recurso ordinário 5/198
- nulo. Efeitos. Adicional de insalubridade 5/198
- nulo. Efeitos. Estabilidade acidentária. Indenização. Descabimento 5/198
- provisório. Lei n. 9.601/1998. Validade 5/198

CONTRIBUIÇÃO

- previdenciária. Acordo celebrado sem reconhecimento do vínculo jurídico de emprego. Responsabilidade pelo recolhimento 1/30
- previdenciária. Acordo homologado em juízo. Ausência de discriminação das parcelas no acordo. Concessão de prazo para discriminação. Incidência sobre o valor total do acordo. Indevida 1/30
- previdenciária. Agroindústria. Lei n. 8.212/1997 2/65
- previdenciária. Atualização monetária, juros e multa de mora. Responsabilidade exclusiva do empregador 5/198
- previdenciária. Fato gerador 1/30
- previdenciária. Fato gerador: Rendimentos do trabalho, pagos ou creditados. Posição do STF 1/31
- Sindical Rural. Cobrança. Requisitos. Intimação do devedor. Necessidade 3/105
- sindical. Publicação de editais no Diário Oficial. Irregular. Violação ao princípio da publicidade contido no art. 605 da CLT 1/31

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

- Fato gerador. Juros. Multa 5/194
- Questões correspondentes estabelecidas na sentença prolatada na fase de conhecimento. Oportunidade para interposição de recurso da União. Momentos distintos, conforme seja líquida ou ilíquida a sentença cognitiva 1/31

CUSTAS PROPORCIONAIS

- Incabíveis no Processo do Trabalho 4/146

DANO

- Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Existência. Adoecimento e falecimento, com o passar dos anos, de trabalhadores, terceirizados e autônomos que prestaram serviços para as empresas Shell, Cyanamid e Basf em Paulínia/SP. Caracterização da hipótese legal prevista no inciso primeiro do art. 273 do CPC 4/155
- moral. Inadimplemento de verbas salariais. Não configuração 4/146
- moral provocado por autônomo à sociedade empresária. Relação de trabalho sem vínculo. Arguição, pelo reclamante, de incompetência da Justiça do Trabalho, em recurso à decisão reconvencional de 1º grau. Afastada 4/146

DANOS

- decorrentes de acidente. Motocicleta 3/106
- materiais. Despesas de tratamento médico. Custeio de plano de saúde. Inteligência da amplitude da expressão "despesas de tratamento", contida no art. 950, do CC .. 5/199
- morais. Acidente do trabalho. Perda parcial do dedo polegar esquerdo. Danos estético e psicológico. Abrangência pelos danos morais 5/204
- morais. Assédio moral. Características. Configuração ... 3/106
- morais. Atos do empregador que aviltam a dignidade do trabalhador. Indenização devida 5/200
- morais. Atraso no pagamento de salários e de rescisórias. Extrapolação dos limites da razoabilidade. Indenização devida 1/32

- morais. Danos materiais. Lucros cessantes. Despesas médicas. Pré-existência de doenças degenerativas. Hérnia de disco. Constatação pela perícia médica. Inexistência de nexo causal. Doença ocupacional não configurada. Indenização indevida 4/154
- morais. Rurícola. Submissão do empregado a condições de trabalho degradantes. Indenização reparatória devida 4/147

DANO MORAL

- coletivo. Terceirização ilícita. Tratamento desumano. Afronta aos artigos 5º e 7º da Constituição da República. Indenização devida 3/105
- Contraprestação inferior ao salário mínimo nacional. Jornada legal integral. Configuração 3/106
- Contrato nulo. Ausência de submissão a prévio concurso público. Dano moral. Cabimento 1/32
- CTPS. Anotação indevida pelo empregador. Dano moral concedido 2/65
- Demissão no dia seguinte ao da contratação. Boa-fé objetiva do empregado violada 5/198
- Dispensa de empregado por estar com restrição de crédito. Indenização devida 2/65
- Dispensa sem justa causa. Abusividade do ato. Indenização devida 3/106
- Fase pré-contratual. Promessa de contratação frustrada. Indenização devida 3/106
- Indenização. Agência bancária. Roubo. Gerente ameaçado e mantido sob mira de arma de fogo. Atividade de risco. Responsabilidade objetiva do empregador 5/199
- Indenização. Não cabimento. Vínculo empregatício controvertido 2/69
- Lavoura de cana-de-açúcar. Condições aviltantes de moradia, alimentação e higiene 3/106
- Prescrição aplicável. Prazo. Regra de transição 1/32
- Recurso ordinário da reclamada. Indenização. Afronta à dignidade do trabalhador 2/66
- Revista íntima. Configuração 2/66
- Trabalhador mantido em alojamento, em condições deploráveis de habitação, alimentação e higiene. Condição análoga à de escravo caracterizada. Indenização devida 3/106
- Trabalhador que assume sua transexualidade. Discriminação velada. Trabalhador mantido em ociosidade. Assédio moral configurado. Indenização devida 5/199
- Vulneração do princípio da boa-fé contratual. Indenização devida 5/199

DENEGADO SEGUIMENTO

- a recurso. Art. 518, § 1º do CPC. Aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Possibilidade 2/66

DEPÓSITO

- arquivo e registro de normas coletivas. Obrigatoriedade de utilização do sistema informatizado "mediador" instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Não caracterização de ilegalidade 1/33
- efetuado em caixa eletrônico. Horário de expediente bancário. Mora do devedor 3/107

DESCONTO SALARIAL

- Empréstimo bancário. Dedução superior ao limite legal. Conduta ilícita do empregador. Retenção integral dos salários por dois meses consecutivos. Danos morais caracterizados 4/147

DESERÇÃO

- Depósito recursal. Arresto de bens da reclamada. Configuração 3/107
- Recurso ordinário. Deserção. Guia não autenticada 2/66

DIFERENÇAS SALARIAIS

- Jornada reduzida 1/33
- Terceirização 3/107

DIREITO

- Administrativo. Necessidade de intimação regular da parte, antes da inscrição do débito na dívida ativa. Violação ao princípio da estrita legalidade 2/66
- Civil. Prescrição. Efeitos prolongados no tempo. Inaplicabilidade 4/147
- Constitucional e Administrativo. Convênio. Limites 3/107
- Constitucional. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho. Equiparação salarial. Municípios distintos. Ônus da prova 5/200
- Constitucional. Direito do Trabalho. Trabalho em condições análogas à de escravo. Recurso atentatório. Situação fática fartamente comprovada. Litigância de má-fé 2/67
- Constitucional. Direito Processual do Trabalho. Prescrição quinquenal. Aplicabilidade ao trabalhador rural 2/67
- do Trabalho. Direito Civil. doença ocupacional. Síndrome do impacto. Dano moral. Culpa do empregador 5/200
- do Trabalho. Direito previdenciário. Caracterização da doença ocupacional 1/33
- do Trabalho. FERROBAN. Grupo econômico. Auxílio alimentação e plano de saúde. Indevidos 3/107
- Processual do Trabalho. Perícia médica. Órgão previdenciário. Impossibilidade 5/200
- Processual do Trabalho. Prazo de impugnação da União. Inconstitucionalidade da MP n. 2.180/2001 3/107
- Processual. Executivo fiscal. Lei n. 8.112/1991 e Portaria n. 1.293/2005 do Ministério da Previdência Social. Valor-piso das execuções previdenciárias aplicáveis nesta especializada 3/107

DISCRIMINAÇÃO

- das parcelas componentes do acordo judicial. Compatibilidade mas não vinculação à totalidade do rol dos pedidos da petição inicial. Fiscalização pelo juiz 5/201

DISPENSA

- imotivada do trabalhador soropositivo. Presunção de ato discriminatório 1/33

DISSÍDIO COLETIVO

- A reiterada recusa injustificada à participação no processo negocial afasta a aplicação do disposto no parágrafo único e inciso "a" do art. 867 da CLT e leva a manutenção da data-base. também implica na

- concordância que configura o comum acordo, devendo ser rechaçada a preliminar de ausência de pressuposto processual para instauração de instância, sob pena de configurar cerceamento do direito de acesso à jurisdição, garantido como fundamental pela CF. Interpretação dos arts. 5º, XXXV e LXXVIII, 8º III e 114, § 2º da CF/1988 4/147
- Cláusulas sociais. Ente da Administração Pública 4/147

DOCENTE

- Ensino superior. Despedida imotivada. Decisão do órgão colegiado 3/108

DOENÇA

- do trabalho. Indenização por dano material. Pensão mensal vitalícia devida 1/33
- ocupacional. Laudo produzido por fisioterapeuta. Nulidade 3/108
- ocupacional. Perícia. Fisioterapeuta. Ausência de habilitação profissional para efetuar diagnóstico e estabelecer o nexo causal 5/201
- Profissional. Prova pericial. Ônus da prova 5/201

DONA DA OBRA

- Definição 3/108

EFEITOS

- vinculativos do edital no concurso público 5/201

EMBARGOS

- de declaração tempestivos e com representação regular. Conhecimento 3/108
- de declaração. Hipóteses legais. Não configuração 4/148
- declaratórios protelatórios. Litigância de má-fé. Multa revertida aos cofres públicos 2/67
- declaratórios. Declaração de voto divergente 2/67
- declaratórios. Recurso ordinário. Intempestivo. Não conhecidos. Inaplicabilidade do art. 538 do CPC 4/148

EMPREGADA DOMÉSTICA

- Salário mínimo proporcional à jornada. Direito do Trabalho 1/34

EMPREGADO

- doméstico. Férias em dobro devidas. Aplicação do art. 137, CLT 1/34
- doméstico. Férias em dobro. Devidas. Aplicação do art. 2º do Decreto n. 71.885/1973 c/c art. 137 da CLT 4/148
- doméstico. Multa do art. 477 da CLT. Cabimento 2/68
- público. Estágio probatório. Motivação da dispensa. Dispensa com justa causa provada. Indevida a reintegração 2/68

EMPRESA

- Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Carteiros. Edital de concurso público. Limitação de percurso diário 3/108

ENQUADRAMENTO SINDICAL

- Atividade preponderante do empregador 2/68

ENTE PÚBLICO

- Prévia admissão sem concurso público. Efeitos 1/34
- Municipal. Contratação pelo regime da CLT. Cargos em comissão. Impossibilidade 3/109

EPIS

- adequados para os trabalhadores na agricultura, na pecuária, na silvicultura, na exploração florestal e na aquicultura. Norma regulamentadora n. 31 3/109

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

- de servidores públicos (professores). Repasse de reajustes salariais de outro Órgão: o CRUESP. impossibilidade. CEETEPS e UNESP 3/109

ESTABILIDADE

- acidentária. Direito 4/148
- gestante. Contrato de experiência 3/109
- provisória decorrente de acidente de trabalho ou doença profissional versus contrato por prazo determinado. Compatibilidade 5/201
- provisória. Dirigente sindical. Suplente. Cabimento 5/202
- provisória. Gestante. Limitação do período pela propositura tardia da ação. Não cabimento 5/202

ESTÁGIO

- Invalidade 3/109

EXCEÇÃO

- de suspeição em face de Magistrado de Primeira Instância. Competência originária do Tribunal 3/109
- de pré-executividade. Rejeição. Irrecorribilidade. Agravo de petição 4/148

EXECUÇÃO

- de contribuições previdenciárias. Lançamento. Decadência. Direito Tributário 1/34
- definitiva. Bloqueio de valores em conta-corrente. Possibilidade 5/202
- Despersonalização da pessoa jurídica. Sócio retirante. Responsabilidade solidária e pelo total da execução 5/202
- provisória. Crédito alimentar. Art. 475-O, § 2º do CPC. Aplicabilidade ao Processo do Trabalho 5/202
- provisória. Mandado de segurança. Execução provisória. Aplicabilidade do art. 475-O do CPC ao Processo do Trabalho. Levantamento de depósito em dinheiro, no valor de sessenta salários mínimos, dispensada caução. Lacuna do art. 769 da CLT. Aplicabilidade de princípios como os da eficiência, da efetividade, da tempestividade, da celeridade e da plausibilidade. Denegada a segurança 2/68
- Responsabilidade de sócio retirante 3/110
- Responsabilidade patrimonial. Sócio 3/110

FALÊNCIA

- da devedora principal. Redirecionamento da execução trabalhista à devedora subsidiária. Desnecessidade de habilitação prévia junto ao juízo falimentar 2/69

FATO

- superveniente. Pedido de demissão Apresentado após a prolação da sentença que reconheceu a rescisão indireta do contrato de trabalho. Apreciação na instância recursal. Possibilidade 3/110

FAZENDA PÚBLICA

- Execução provisória. Possibilidade 5/202

FÉRIAS

- Concessão. Ônus probatório 2/69

FERROBAN E FERRONORTE

- Concessão de ticket-refeição e subsídio a plano de saúde. Descabimento 4/148

GARAGEM DE APARTAMENTO

- Penhora. Inviabilidade 3/110

GARANTIA DE EMPREGO

- ao acidentado. Extinção do estabelecimento. Efeitos 5/203
- Doença profissional 2/73

GERENTE GERAL

- Cargo de gestão. Autoridade máxima na agência bancária. Horas extras e intervalo intrajornada. Aplicação do art. 62, inciso II, da CLT 1/34

GRATIFICAÇÃO

- suprimida após recebimento por longo período. Natureza jurídica salarial. Manutenção 1/34

GRATIFICAÇÕES

- Extra e GASS. Recurso do reclamado. Lei Complementar estadual n. 1.055/2008. Incorporação ao salário. Validade 4/148

GRATUIDADE

- da Justiça. Má-fé 4/149
- dos serviços judiciais. Agravo. Empregador. Possibilidade 4/149
- processual. Comprovação do estado de pobreza. Cabimento 4/151

GRUPO ECONÔMICO

- Banco Itaú, Empresa intermediadora de recursos financeiros. Captação de clientela para obtenção de empréstimo consignado. Banco do mesmo grupo econômico. Empregado. Condição de financiário 4/149

GUARDA MUNICIPAL

- da ativa e empresa privada. Ausência de prova quanto à subordinação. Incompatível a coexistência de vínculo empregatício (dois!) com a atividade policial. Ofensa a princípios e a leis 5/203

HABEAS CORPUS

- constitucional. *Habeas corpus*. Pacto de San José da Costa Rica. Prisão por dívida. Risco iminente de prisão do depositário infiel. Ilegalidade e abusividade reconhecidas 1/35

HONORÁRIOS

- advocatícios. Requisitos necessários 2/63
- assistenciais. Forma de cálculo 3/110
- periciais contábeis. Ausência de intimação das partes para apresentação dos cálculos. Designação imediata de perito. Procedimento que contraria a legislação processual 4/149

HORAS

- extras. Acordo de compensação. Súmula n. 85/TST 3/102
- extras. Recurso ordinário. Jornada de 6 horas diárias. Operador de *telemarketing* 2/69
- extras. Remuneração. Cabimento 2/69
- extras. Salário por produção. Cabimento 1/30
- *in itinere*. Pré-fixação por norma coletiva. Invalidez. Diferenças devidas 2/69

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

- de Ribeirão Preto. Prêmio incentivo de valor diferenciado. Não configurada ofensa ao princípio da isonomia 1/35

ILEGITIMIDADE ATIVA

- *ad causam*. Representação do espólio. Art. 12, V, e § 1º do CPC. Sucessores legais trabalhistas. Previsão legal. Lei n. 6.858/1980. Legitimidade 3/110

IMISSÃO NA POSSE

- Conflito entre arrematante e terceiro (locatário do imóvel arrematado). Incompetência da Justiça do Trabalho 4/150

IMPOSTO DE RENDA

- Juros de mora devidos sobre o montante condenatório. Não incidência. Inteligência do art. 404 e seu parágrafo único do CC de 2002 5/203
- Parcelas atrasadas pagas acumuladamente. Regime de competência. Aplicação 1/35
- Pessoa física. Portador de neoplasia maligna afastado da atividade laboral. Percepção de auxílio doença. Devido. Aplicação do inc. XIV, art. 6º, da Lei n. 7.713/1988 e art. 111, do CTN 4/150
- Regime de cálculo 4/150
- Regime de competência 4/150

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO

- de jurisprudência. Requerimento pela parte. Faculdade que não vincula o juiz. Indeferimento da instauração 3/110

INCLUSÃO DE JUROS

- de mora na base de cálculo do imposto de renda 3/111

INCOMPETÊNCIA

- absoluta da Justiça do Trabalho. Contrato administrativo 2/70
- da Justiça do Trabalho. Exercício pelos próprios herdeiros do falecido. Direito próprio 2/70

INDEFERIMENTO DE REDESIGNAÇÃO

- de audiência para oitiva de testemunha. Incorrência de cerceamento de defesa quando o requerimento não é formulado no momento de instalação da audiência una 5/203

INDENIZAÇÃO

- adicional. Aviso prévio indenizado. Art. 9º da Lei n. 7.238/1984. Súmula n. 314..... 2/70
- Dano material. Atraso no recolhimento do FGTS e multa. Não- entrega das guias CD. Negligência. Prejuízo. Reparação. Recurso ordinário..... 4/150
- por dano material. Pensão mensal vitalícia devida..... 1/34
- por dano moral. Imposto de renda. Não-incidência 1/35
- por danos morais e materiais. Doença degenerativa ou hereditária do empregado. Responsabilidade do empregador. Possibilidade..... 4/150
- por danos morais. Pagamento de remuneração ínfima. Abalo à honra e auto-estima do trabalhador. Devida 4/150
- Pré-contrato. Indenização cabível em certas circunstâncias 3/111

INTERVALO

- intrajornada para repouso e alimentação. Não concessão ou redução. Previsão em norma coletiva. Invalidez 3/116
- intrajornada. Cumulação. Impossibilidade 3/111
- previsto no art. 384 da CLT. Aplicabilidade 4/150

INTERVALOS INTRAJORNADAS

- Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que permite a redução por meio de norma coletiva. Impossibilidade 5/204

JORNADA

- 12x36. Previsão em edital. Validade..... 1/35
- de trabalho 12x36. Flexibilização. Tutela sindical ou fonte heterônoma municipal 5/204
- em regime de 12 x 36. Prorrogação do horário noturno 5/204

JORNADAS

- 12 x 36. Pontos facultativos. Isonomia 5/204

JUIZ NATURAL

- Garantia constitucional 3/111

JULGAMENTO

- *ultra e extra petita*. Adstrição do juiz ao pedido inicial. Ocorrência 5/204

JUROS DE MORA

- Natureza indenizatória. Não incidência de imposto de renda 4/151
- Natureza jurídica. Imposto de renda 4/151

JUSTA CAUSA

- Mau procedimento. Configuração. Uso de *e-mail* corporativo para recebimento e envio de material de conteúdo pornográfico 2/70

JUSTIÇA

- do Trabalho. Cobrança de alugueis referentes a período em que ex-empregado ocupou imóvel pertencente ao seu ex-empregador após a rescisão do contrato de trabalho. Competência..... 5/205

- do Trabalho. Competência. Reclamação trabalhista. Análise do pedido e sua fundamentação. Secretário municipal. Agente político. Competência não reconhecida..... 1/35
- do Trabalho; Competência; Lei Estadual n. 500/1974..... 1/36
- gratuita. Concessão ao empregador. Possibilidade. Aplicação do inciso VII, do art. 3º da Lei n. 1.060/1950 4/151
- gratuita. Dispensa do depósito prévio recursal e das custas. Empregador pessoa física. Possibilidade..... 4/151
- gratuita. Empresa em recuperação judicial. Deferimento do pedido..... 4/151
- gratuita. Juntada de declaração de pobreza. Art. 4º da Lei n. 1.060/1950. Inconstitucionalidade. Não caracterizada 1/36

LAUDO PERICIAL

- Matéria fática. Necessidade de prova 1/36

LEGITIMIDADE ATIVA

- ativa do espólio 1/36

LICENÇA REMUNERADA

- Recurso ordinário. Paralisação dos serviços da empresa inferior a 30 dias. Compensação com as férias. Impossibilidade..... 2/70

MANDADO DE SEGURANÇA

- Competência. Matéria sujeita à jurisdição trabalhista. Sentença de mérito proferida pela Justiça Federal após a promulgação da EC n. 45/2004. Nulidade..... 3/111
- Contribuições previdenciárias. Execução *ex officio*. RENAJUD. INFOJUD. Determinação ao representante judicial da União para que indique quais bens pretende levar a hasta pública. Ofensa aos ditames do art. 114, VIII, da CF/1988. Não-ocorrência..... 5/205
- Cumulação com embargos de terceiro. Não-cabimento..... 5/205
- INSS. Averbção de tempo de serviço reconhecido em sentença. Existência de recurso próprio. Não-cabimento 4/151
- Manutenção da Súmula n. 414, I do C.TST após a superveniência da Lei n. 12.016/2009 4/151
- Não comparecimento da executada em audiência de conciliação..... 3/111
- Penhora de dinheiro em sede de execução definitiva. Aplicabilidade do art. 655, inciso I, do CPC. Denegada a ordem..... 2/71
- Perda superveniente do interesse de agir. Extinção sem julgamento de mérito 2/71
- Petição inicial instruída com cópias simples de documentos, sem autenticação. Súmula n. 415 do C. TST. Extinção do feito, sem a resolução do mérito. Recurso ordinário 5/205
- Processo do Trabalho. Alçada. Inexistência..... 4/152
- Repasse de recursos públicos a entidade privada para aplicação compulsória em serviço de saúde. Impenhorabilidade..... 1/36
- Tutela antecipada de ofício. Cabimento no processo do trabalho. Segurança denegada..... 5/205

MANICURE

- Vínculo empregatício. Inexistente 5/205

MASSA FALIDA

- Prosseguimento da execução em face do responsável subsidiário 4/152

MEDIDA LIMINAR

- Mandado de segurança. Medida liminar. Ausência dos requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora. Indeferimento 1/36

MICROEMPRESA

- Cargo de confiança. Gerente de loja em Shopping Center. Enquadramento. Art. 62 da CLT. Impossibilidade 3/111

MORTE DO AUTOR

- da demanda após o ajuizamento da ação. Irrelevância. Manutenção dos direitos de personalidade anteriormente vulnerados. Danos morais devidos 3/112

MULTA

- por embargos protelatórios embargos de declaração. Ausência das hipóteses de cabimento. Defesa de tese há muito superada pelo TST. Aplicação de multa por embargos protelatórios 3/112
- do art. 475-J. Compatibilidade 2/71

MUNICÍPIO

- de Botucatu. Declaração de inconstitucionalidade de artigo de Lei municipal. Manutenção do pagamento da verba ("incorporação"). Impossibilidade 4/152
- Recurso ordinário. Município. Intervenção de hospital público. Contrato de gestão. Responsabilidade 1/36

NULIDADE

- do julgado. Cerceamento de defesa. Audiência designada. Não comparecimento de testemunha. Preclusão 1/37
- sentença contrária à Fazenda Pública prolatada sem determinação de remessa necessária pelo juízo *a quo*. Homologação dos cálculos em valor superior a 60 salários mínimos. Não configuração da coisa julgada. Necessidade do duplo grau de jurisdição, mediante avocação dos autos. Reconhecimento. Inteligência do art. 475, § 1º, do CPC 1/37

OBRIGAÇÃO

- de fazer em contratar plano de saúde vitalício, sem exigência de qualquer carência e de abrangência nacional. Impossibilidade de seu cumprimento. Violação ao princípio da autonomia da vontade. Possibilidade do magistrado determinar providências necessárias para assegurar o resultado prático equivalente ao do adimplemento, com fulcro no art. 461, "caput", combinado com os §§ 3º e 5º do CPC. Conversão da obrigação de fazer em obrigação de custear previamente despesas. Princípio da fungibilidade das tutelas. Norma processual aberta 4/155

- de pequeno valor definida pela Lei Municipal n. 1.903/2007 do Município de Iguape. Desvinculação dos parâmetros fixados pelo art. 87 do ADCT. Constitucionalidade 1/37

PAGAMENTO

- Tempestividade. Depósito de cheque 4/153

PEDIDO

- de demissão. Nulidade. Ausência de prova. Não cabimento 1/37
- inicial baseado em norma coletiva que não veio aos autos. Inexistência de controvérsia. Possibilidade de procedência 4/153

PENHORA

- Agravo de petição. Embargos de terceiro. Venda de veículo anterior ao registro da penhora. Fraude à execução. Ausência 4/153
- Bem de família. Não comprovação 2/71
- Mandado de segurança. Penhora. Hasta pública. Pagamento parcial. Execuções remanescentes. Garantia à razoável duração do processo. Prevalência sobre o direito à execução pelo meio menos gravoso 1/37
- sobre renda da reclamada. Mandado de segurança. Penhora sobre renda da reclamada. Possibilidade 1/38
- sobre veículo. Embargos de terceiro. Prova de propriedade 5/206
- Valor ínfimo. Observação do princípio da utilidade do ato jurídico. Não cabimento 5/206

PETROLEIROS

- Recurso ordinário. Intervalo interjornada 2/71

PLANO DE SAÚDE

- Aposentadoria por invalidez. Supressão ou alteração prejudicial. Impossibilidade 5/206

PRELIMINAR DE NULIDADE

- Medida concessiva de tutela antecipada. Desnecessidade de citação pessoal. Preliminar afastada 1/23

PRÊMIO INCENTIVO

- Natureza jurídica 1/38

PREQUESTIONAMENTO

- Via recursal extraordinária: Recurso de revista. Necessidade de tese explícita sobre a matéria. Inutilidade de referência expressa a verbetes jurisprudenciais e legais. Orientações Jurisprudenciais n. 118 e n. 256 da SDI-1 do TST 1/38

PRESCRIÇÃO

- Ação anterior arquivada. Ausência de citação válida. Interrupção inviável 4/153
- Acidente de trabalho. Doença ocupacional. Início da contagem do prazo 2/72
- bienal. Sentença terminativa. Rejeição pela instância revisora. Retorno dos autos à origem. Possibilidade 4/153

- Direito do Trabalho. Atos do empregador que se prolongam no tempo. Dano moral. Indenização..... 2/72
- do herdeiro menor. Aplicação dos dispositivos vigentes no CC. Concomitância de herdeiros menor e maior. Incomunicabilidade das causas suspensivas e interrup-tivas da contagem do prazo prescricional 1/38
- Gozo de auxílio-previdenciário. Suspensão do contrato de trabalho 3/112
- Indenizações por danos morais decorrentes de doença ocupacional..... 2/72
- intercorrente. Afastada. Paralisação da execução. Inexistência de bens do devedor..... 5/206
- intercorrente. Aplicabilidade ou não. Requisitos..... 3/112
- intercorrente. Contribuição previdenciária. Ilegitimidade para recorrer. Ausência de interesse processual. Agravo de petição da União..... 1/38
- intercorrente. Execução fiscal. Possibilidade. Requisitos..... 1/38
- intercorrente. Não aplicabilidade ao procedimento executório trabalhista 5/202
- Interrupção. Reinício da contagem a partir do último ato do processo no qual ocorreu a interrupção. Aplicação da Súmula n. 268/TST e art. 202, parágrafo único do CC 2/72
- quinquenal. Rurícula 3/112
- Renúncia tácita. FGTS. Assinatura de termo de confissão de dívida prescrita pelo município. Empregador. Ocorrência 2/72
- Representante comercial..... 3/112
- Suspensão do fluxo prescricional e suspensão do contrato de trabalho por motivo de recebimento de auxílio-doença. Inocorrência da primeira..... 4/153
- Trabalhador rural. Prazo de dois anos após a rescisão contratual. Vigência do disposto no art. 10 da Lei n. 5.889/1973 mesmo após a EC n. 28/2000 1/38

PRISÃO CIVIL

- do depositário infiel. *Habeas corpus*. Prisão civil do depositário infiel. Aplicação do pacto de São José da Costa Rica..... 1/39

PROCESSO

- do Trabalho. Agravo interno. Art. 557 do CPC. Aplicabilidade 1/39
- do Trabalho. Antecipação da tutela. Fazenda Pública. Ausência de excepcionalidade. Não cabimento..... 4/152
- do Trabalho. Execução. Falência do devedor principal. Prosseguimento em face do devedor subsidiário 4/154
- seletivo. Não contratação. Inaptidão do candidato 4/154

RECOLHIMENTO

- de juros e multa decorrentes de atraso no recolhimento da contribuição previdenciária. Responsabilidade exclusiva do empregador 3/112

RECURSO

- ordinário da reclamante. Prêmio de incentivo. Isonomia. Impossibilidade 4/148
- ordinário. Aposentadoria voluntária. Empregado público. Efeitos no contrato de trabalho 3/113

- ordinário. Contratação temporária. Caráter excepcional. Motivo da temporariedade. Ônus da prova da reclamada 3/113
- ordinário. do reclamante. Dano moral. Indenização 2/66
- ordinário. Irregularidade de representação processual..... 2/66
- ordinário. Liquidação de sentença trabalhista. Contribuição previdenciária. Fato gerador 3/113
- voluntário e remessa necessária. Processo administrativo. Exigência de prévio depósito da multa para processamento de recurso. Afronta a direito líquido e certo..... 1/39

REEMBOLSO DAS CUSTAS

- pagas pelo reclamante, em razão de sentença originária reformada no Tribunal. Súmula 25 do C. TST..... 1/39

REGIMENTO INTERNO

- Decisão monocrática do relator, negando prosseguimento a agravo regimental prejudicado. Legitimidade e legalidade 5/205

REGISTRO SINDICAL

- precário. Obtenção em tutela antecipada. Medida revogada posteriormente. Efeitos 5/206

REMUNERAÇÃO

- Lei municipal. Remuneração. Diferenciação apenas pelo critério de admissão por concurso público. Empregado público contratado antes da CF de 1988, quando não se exigia concurso público. Inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da isonomia 3/113

REPRESENTAÇÃO

- processual. Recurso ordinário. Irregularidade de representação processual..... 4/154
- sindical. Unicidade 2/72

REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

- Atividade preponderante 3/113

RESIDÊNCIA MÉDICA

- Bolsa de estudo inadimplidas. Relação de trabalho. Competência da Justiça do Trabalho 3/113

RESPONSABILIDADE

- civil do empregador. Transporte coletivo. Assalto com vítima 1/39
- civil objetiva do empregador (CC, art. 93, III). Indenização por danos morais. Reunião de funcionários. Agressão verbal genérica de superior hierárquico. Ofensa à integrante do grupo. Caracterizada. Indenização. Devida..... 3/114
- civil. Culpa por negligência. Inobservância do dever geral de cautela..... 5/207
- objetiva. Aplicação na apuração dos danos ao meio ambiente do trabalho. Direito fundamental do trabalhador como cidadão e ser humano. Incidência do art. 225, § 3º, da CF 4/154
- pré-contratual. Contratação não efetivada. Indenização devida 5/207

- subsidiária da tomadora subsiste em caso de falência da devedora principal 2/73
- subsidiária. Contrato de concessão de serviço público..... 4/155
- subsidiária. Dono da obra. Súmula n. 331 do TST. Possibilidade 4/155
- subsidiária. Lei geral das telecomunicações. Impossibilidade de terceirização de atividade-fim. Direito do trabalho. Direito administrativo 1/40
- subsidiária. Município. Dono da obra. Inaplicabilidade. Direito do Trabalho. Direito Administrativo..... 1/40
- subsidiária. Tomador dos serviços..... 2/73

RETENÇÃO INDEVIDA DE CTPS

- com promessa de pronta contratação a trabalhador rural. Indenização por dano material deferida 5/207

RURAL

- Condições de trabalho sub-humanas. Dano moral..... 2/73
- Habitação incompatível com a dignidade humana. Dano moral caracterizado..... 1/40
- Norma coletiva fixando a jornada em turnos. Inaplicabilidade 2/73

SEGURANÇA

- e saúde do trabalhador. Infração. Município. Secretaria Municipal de Saúde. CEREST. Fiscalização. Autuação. Cobrança de multa. Competência 2/73

SEGURO

- de vida. Manutenção quando suspenso o contrato de trabalho, por auxílio doença ou mesmo na aposentadoria por invalidez..... 1/40
- desemprego. Plano de demissão voluntária. Efeitos..... 3/114

SENTENÇA NORMATIVA 5/207

SEQUESTRO

- humanitário. Doença grave e estado de necessidade demonstrados. Possibilidade. Inteligência do art. 1º, III, CF 1/40
- humanitário. Doença grave e estado de necessidade. Possibilidade. Inteligência do art. 1º, III, CF..... 3/114
- Pagamento de acordo judicial posterior à expedição de precatórios ainda não quitados. Quebra de ordem constitucional de precedência cronológica. Possibilidade 1/41

SERVIDOR

- celetista. Pagamento de vantagem declarada inconstitucional. Prescrição administrativa. Inocorrência..... 4/152
- municipal celetista. Incorporação de gratificação percebida por doze meses. Ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade, legalidade, impessoalidade e isonomia..... 4/152
- municipal celetista. Incorporação de gratificação reputada inconstitucional. Manutenção do pagamento, com esteio nos princípios da segurança jurídica e da irredutibilidade de vencimentos. Impossibilidade..... 4/152
- municipal celetista. Supressão de pagamento de

- incorporação de gratificação. Cumprimento a determinação judicial, em face da declaração de inconstitucionalidade da lei municipal que criou a vantagem. Restabelecimento do pagamento pela Justiça do Trabalho. Impertinência 4/153
- público. Admissão sem concurso público. Efeitos 3/114
- público. Contratação sem aprovação em concurso público. Registro em CTPS. Súmula n. 363 do TST. Nulidade e efeitos..... 1/41

SIMULAÇÃO

- Art. 167, §1º, I, CC 3/114

SINDICATO

- de categoria profissional. Empregado não-sindicalizado. Negativa em homologar a rescisão do contrato de trabalho. Ilegalidade. Reparação por perdas e danos. Devida, independentemente da multa em caso de descumprimento do mandato inerente à tutela específica..... 1/23
- Desmembramento 3/115

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Ação Civil Pública. Ação individual proposta posteriormente. Inocorrência de litispendência. Aplicação do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor. Requerimento para suspensão desta ação individual. Deferimento 3/115

SÚMULA

- impeditiva de recurso. Aplicação subsidiária do § 1º do art. 518 do CPC. Impossibilidade..... 1/41

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA

- Pronunciamento da prescrição pelo juízo de origem e reforma pela instância superior. Violação do duplo grau de jurisdição. Configuração 1/41

SUSPENSÃO DO PRAZO

- prescricional. Incapacidade absoluta. Acolhimento 3/115

TEMPO

- de serviço. Determinação de averbação, pelo INSS, do tempo de serviço reconhecido em juízo. Competência da Justiça do Trabalho 4/155
- necessário ao deslocamento até o local de corte de cana e destinado a organizar o material necessário ao trabalho. Tempo à disposição do empregador, na forma do art. 4º da CLT 5/207

TERCEIRIZAÇÃO

- de serviços. Ente público. Responsabilidade subsidiária. § 1º do art. 71 da Lei n. 8.666/1993. Pertinência..... 3/115
- Poder público. Responsabilidade subsidiária 1/41
- Serviço prestado através de entidade não governamental de ação social. Instituto Mamulengo Social. Responsabilidade subsidiária do Município 4/156

TRABALHADOR AVULSO

- Atravessamento de mão-de-obra. Movimentação de mercadoria. Ensacadores e carregadores interior da

empresa. Inadimplemento de obrigações devidas ao trabalhador avulso. (CF/1988, art. 7º, XXXIV). Responsabilidade solidária do tomador. Pertinência..... 4/156
 - não portuário. Inaplicabilidade da Lei n. 9.719/1998 2/73

TRABALHO

- avulso. Irregularidade. Art. 9º da CLT. Nulidade..... 3/116
 - em domingos e feriados. Impacto das Leis n. 10.101/2000 e 11.603/2007 3/116
 - em feriados. Acordo coletivo. Supressão do pagamento da dobra paga pelo trabalho em feriados quando do labor em jornadas especiais. Acordo coletivo mediante o qual houve transação para validar a supressão com o pagamento de indenização compensatória. Validade 4/156

VALE-TRANSPORTE

- Aptidão da prova1/42
 - Ônus da prova2/73

VERBA

- instituída por norma administrativa. Universidade. Autonomia. art. 207, CF/1988.....5/207

VÍNCULO

- de emprego. Advogado. Alegação de vínculo de emprego com escritório. Inexistência de prova. Ausentes os requisitos previstos no art. 3º da CLT.....3/116
 - empregatício. Plano de seguro saúde. Contratação de pessoal. Sistema *home care*. Possibilidade.....5/208
 - empregatício. Subordinação reticular . Configuração5/208